

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
COLABORATIVAS NA SALA
DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS: UMA
EXPERIÊNCIA NO AEE DA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**COLLABORATIVE PEDAGOGICAL PRACTICES IN THE MULTIFUNCTIONAL
RESOURCE ROOM: AN EXPERIENCE IN SPECIALIZED EDUCATIONAL
ASSISTANCE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION**

Ciências Humanas • 31/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/774938883](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/774938883)

Valdilene Silva Ortega¹

Carolina Martins Carreiro²

Victória Maria Vitorino de Santi³

Rosirlene Silva Ortega⁴

Frádia Cícera de Castro Tsukamoto⁵

Fernanda Lemos da Rosa⁶

RESUMO

A Educação Especial Inclusiva constitui princípio orientador das políticas educacionais brasileiras, assegurando o direito à escolarização em contextos comuns de ensino com garantia de acesso, participação e aprendizagem. Esse compromisso foi recentemente reafirmado pelo Decreto nº 12.686/2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e reforça a transversalidade da educação especial em todos os níveis e etapas de ensino. Na Educação Infantil, tal diretriz demanda práticas pedagógicas sensíveis às singularidades das crianças e articuladas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). O presente artigo tem como objetivo analisar uma experiência de práticas pedagógicas colaborativas desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais, no âmbito do AEE, visando ao fortalecimento da Educação Inclusiva na Educação Infantil. Trata-se de um relato de experiência, de natureza qualitativa e descritiva, fundamentado na observação participante e na reflexão sobre a prática pedagógica, com registros realizados por meio de diário de campo reflexivo. Os resultados evidenciam que o trabalho colaborativo entre a professora da SRM e os docentes da sala comum favorece a ressignificação das práticas pedagógicas, amplia o repertório docente e fortalece a articulação entre o AEE e o currículo da Educação Infantil. Conclui-se que práticas fundamentadas no cuidado, na convivência e na intencionalidade educativa constituem caminho potente para a efetivação da Educação Especial Inclusiva desde os primeiros anos de escolarização.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva. Sala de Recursos Multifuncionais. Atendimento Educacional Especializado. Trabalho colaborativo. Educação Infantil.

ABSTRACT

Inclusive Special Education is a guiding principle of Brazilian educational policies, ensuring the right to schooling in regular education contexts with guaranteed access, participation, and learning. This commitment has been recently reinforced by Decree No. 12,686/2025, which establishes the National Policy for Inclusive Special Education and highlights the transversal nature of special education across all educational levels. In Early Childhood Education, this directive requires pedagogical practices sensitive to children's singularities and articulated with Specialized Educational Assistance (AEE). This study aims to analyze an experience of collaborative pedagogical practices developed in a Multifunctional Resource Room within the scope of AEE, aiming to strengthen Inclusive Education in Early Childhood Education. It is an experience report of qualitative and descriptive nature, based on participant observation and reflective field diary records. The results indicate that collaborative work between the SRM teacher and regular classroom teachers promotes the re-signification of pedagogical practices, expands teachers' repertoire, and strengthens the articulation between AEE and the Early Childhood curriculum. It is concluded that practices grounded in care, coexistence, and pedagogical intentionality constitute a powerful pathway for the effectiveness of Inclusive Special Education from early schooling years.

Keywords: Inclusive Special Education. Multifunctional Resource Room. Specialized Educational Assistance. Collaborative work. Early Childhood Education.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial Inclusiva tem se consolidado como princípio fundamental das políticas educacionais brasileiras, ao defender o

direito de todas as crianças à escolarização em contextos comuns de ensino, com garantia de acesso, participação e aprendizagem.

Esse compromisso foi reafirmado recentemente pelo Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, com a finalidade de garantir o direito à educação em sistema educacional inclusivo, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. O decreto estabelece, ainda, a transversalidade da educação especial em todos os níveis e etapas, de modo a assegurar recursos e serviços educacionais de apoio ao processo de escolarização (BRASIL, 2025).

Na Educação Infantil, esse compromisso assume especial relevância, uma vez que essa etapa é marcada pelo desenvolvimento integral da criança, envolvendo dimensões cognitivas, afetivas, sociais e motoras, o que demanda práticas pedagógicas sensíveis às singularidades e aos diferentes modos de aprender. Nesse contexto, a ação pedagógica na Educação Infantil não se reduz à aplicação de técnicas ou rotinas previamente estabelecidas, mas configura-se como uma prática intencional, ética e relacional.

Ao considerar a criança como sujeito de direitos e protagonista de seu processo de desenvolvimento, a prática educativa exige sensibilidade para reconhecer diferentes formas de aprender, interagir e se expressar. Assim, a inclusão escolar requer ações pedagógicas fundamentadas no cuidado, na escuta e na mediação, favorecendo a construção de ambientes educativos mais humanizados e acessíveis. Nessa perspectiva, a ação pedagógica na Educação Infantil deve ser compreendida como um processo intencional, mediado e comprometido com a promoção do desenvolvimento integral das crianças.

Conforme destaca Almeida (2018), a prática educativa inclusiva exige do professor uma postura reflexiva e sensível às singularidades dos sujeitos, reconhecendo que a aprendizagem se constrói nas interações e nas experiências vividas no cotidiano escolar. Tal compreensão reforça a necessidade de práticas pedagógicas que ultrapassem a mera adaptação de atividades, assumindo a inclusão como princípio orientador da ação docente, especialmente nos contextos que envolvem o Atendimento Educacional Especializado e a articulação com a Sala de Recursos Multifuncionais.

A construção de práticas pedagógicas inclusivas demanda uma postura ética fundamentada no cuidado nas relações educativas. O cuidado, compreendido como atitude de responsabilidade, atenção e compromisso com o outro, constitui elemento essencial para a convivência humana e para a organização de práticas pedagógicas que respeitem as singularidades das crianças.

No contexto escolar, essa perspectiva fortalece relações de acolhimento, respeito e corresponsabilidade entre os profissionais envolvidos no processo educativo.

Nessa direção, a inclusão escolar sustenta-se também na convivência e na cooperação entre os sujeitos. A convivência, entendida como aceitação do outro como legítimo na relação, constitui base para a construção de práticas pedagógicas colaborativas.

Ao reconhecer o outro em sua legitimidade, os profissionais da educação constroem relações pautadas no diálogo e na cooperação, favorecendo a organização de práticas que respeitam a diversidade

e promovem a participação de todas as crianças na Educação Infantil.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como um serviço de apoio pedagógico complementar ao ensino regular, destinado a favorecer a participação e a aprendizagem das crianças público-alvo da Educação Especial.

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), enquanto espaço institucional do AEE, desempenha papel estratégico na articulação de práticas inclusivas, ao promover a mediação pedagógica, a orientação aos professores da sala comum e o planejamento colaborativo, fortalecendo o trabalho coletivo no interior da escola.

A perspectiva inclusiva pressupõe, portanto, uma educação comprometida com a humanização das relações pedagógicas e com a construção coletiva do conhecimento.

A prática educativa, fundamentada no diálogo, na escuta e na cooperação, ultrapassa ações individualizadas e favorece a corresponsabilização dos profissionais pelo processo educativo. Assim, o trabalho colaborativo entre a Sala de Recursos Multifuncionais e a sala comum apresenta-se como estratégia potente para a efetivação da Educação Inclusiva na Educação Infantil.

Diante desse contexto, emerge a seguinte questão norteadora: de que maneira as práticas pedagógicas colaborativas, articuladas à Sala de Recursos Multifuncionais, podem contribuir para o fortalecimento da Educação Especial Inclusiva na Educação Infantil?

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar uma experiência de práticas pedagógicas colaborativas desenvolvidas na Sala de Recursos Multifuncionais, no contexto do Atendimento Educacional Especializado, visando ao fortalecimento da Educação Inclusiva na Educação Infantil.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Educação Especial Inclusiva e Educação Infantil

A Educação Especial Inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os sujeitos têm direito à educação em contextos comuns de ensino, com garantia de acesso, participação e aprendizagem. No cenário brasileiro, esse compromisso tem sido reafirmado por marcos legais e políticas públicas que orientam a organização de sistemas educacionais inclusivos, como o Decreto nº 12.686/2025, que estabelece a transversalidade da educação especial em todos os níveis e etapas de ensino.

Na Educação Infantil, essa perspectiva assume caráter ainda mais relevante, considerando que essa etapa se constitui como base para o desenvolvimento integral da criança. As práticas pedagógicas, nesse contexto, devem considerar as singularidades dos sujeitos, respeitando seus diferentes modos de aprender, interagir e se expressar.

Conforme Almeida (2018), a prática educativa inclusiva exige do professor uma postura reflexiva e sensível às especificidades dos sujeitos, reconhecendo que a aprendizagem se constrói nas interações e nas experiências vividas no cotidiano escolar.

2.2. Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Multifuncionais

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) caracteriza-se como um serviço de natureza pedagógica complementar ao ensino regular, destinado a favorecer a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Sua organização ocorre, prioritariamente, nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que desempenham papel estratégico na articulação de práticas inclusivas no contexto escolar.

A atuação da SRM envolve a mediação pedagógica, a orientação aos docentes da sala comum e o planejamento colaborativo, contribuindo para a integração das ações do AEE ao currículo escolar. Nesse sentido, o AEE não se configura como substitutivo ao ensino regular, mas como um serviço que potencializa as condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

2.3. Trabalho Colaborativo, Cuidado e Práticas Inclusivas

A construção de práticas pedagógicas inclusivas está diretamente relacionada ao trabalho colaborativo entre os profissionais da educação. Conforme Damiani (2008), o trabalho colaborativo favorece a construção coletiva do conhecimento pedagógico, promovendo a corresponsabilização entre os docentes e contribuindo para práticas mais integradas e coerentes.

Nesse contexto, o cuidado emerge como princípio ético fundamental das relações educativas. Para Boff (2012), o cuidado envolve atitudes de responsabilidade, atenção e compromisso com o outro, sendo elemento essencial para a construção de práticas pedagógicas sensíveis à diversidade.

Além disso, a convivência e a cooperação entre os sujeitos, conforme discutido por Maturana (2002), constituem bases para a construção de ambientes educativos mais humanizados, nos quais a diversidade é reconhecida como valor. Assim, o trabalho colaborativo, articulado ao cuidado e à convivência, configura-se como estratégia fundamental para a efetivação da Educação Especial Inclusiva na Educação Infantil.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, do tipo relato de experiência, fundamentado na observação participante e na reflexão sistemática sobre a prática pedagógica desenvolvida no contexto da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A experiência foi realizada em uma instituição pública de Educação Infantil, no ano de 2025, envolvendo a atuação da professora da Sala de Recursos Multifuncionais em articulação com os docentes da sala comum. A SRM atuou de forma complementar ao ensino regular, com foco no apoio pedagógico, na mediação de práticas inclusivas e no planejamento colaborativo, respeitando as especificidades da Educação Infantil.

A experiência envolveu professores da Educação Infantil, incluindo a docente da Sala de Recursos Multifuncionais e professores da sala comum, participantes do processo de planejamento e desenvolvimento das práticas pedagógicas colaborativas.

Os dados foram analisados por meio de abordagem interpretativa, articulando as evidências empíricas aos referenciais teóricos da área.

Os registros da experiência foram realizados por meio de diário de campo reflexivo, elaborado ao longo do desenvolvimento das ações pedagógicas. Esse instrumento contemplou descrições das práticas colaborativas, dos momentos de planejamento conjunto, das interações entre os profissionais e das reflexões sobre os desafios e as potencialidades do trabalho desenvolvido. Também foram considerados registros de reuniões pedagógicas e descrições das atividades realizadas no contexto da SRM e da sala comum.

A opção pelo relato de experiência como delineamento metodológico justifica-se por possibilitar a compreensão dos processos pedagógicos a partir da prática vivenciada, valorizando a análise crítica das ações desenvolvidas no cotidiano escolar.

A atuação da professora da SRM ocorreu de forma articulada com os docentes da sala comum, caracterizando um trabalho colaborativo fundamentado no diálogo, no planejamento conjunto e na corresponsabilização pelas práticas pedagógicas inclusivas. Essa abordagem permitiu compreender a experiência não apenas como descrição de ações, mas como processo formativo e reflexivo.

A análise das informações seguiu uma abordagem interpretativa, buscando compreender de que modo as práticas pedagógicas colaborativas contribuíram para o fortalecimento da Educação Inclusiva na Educação Infantil. As reflexões foram articuladas com referenciais teóricos relacionados à Educação Especial Inclusiva, ao Atendimento Educacional Especializado, ao trabalho colaborativo e à ética do cuidado.

Do ponto de vista ético, a experiência foi descrita sem identificação dos participantes, da instituição ou de quaisquer informações que

possibilitassem o reconhecimento das crianças, famílias ou profissionais envolvidos. Por tratar-se de um relato de experiência de caráter pedagógico-reflexivo, sem coleta de dados pessoais ou aplicação de instrumentos de pesquisa com participantes humanos, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que a implementação de práticas pedagógicas colaborativas no contexto da Sala de Recursos Multifuncionais contribuiu significativamente para o fortalecimento da Educação Especial Inclusiva na Educação Infantil, especialmente no que se refere à articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e o currículo escolar.

Inicialmente, identificou-se a necessidade de ampliar o diálogo entre a professora da SRM e os docentes da sala comum, sobretudo quanto à compreensão do papel do AEE e à organização de práticas pedagógicas inclusivas. A participação da professora da SRM em momentos de planejamento e reuniões pedagógicas favoreceu a criação de espaços de escuta, troca de experiências e reflexão coletiva.

Como desdobramento dessas articulações, foi desenvolvida uma ação formativa voltada à construção colaborativa de recursos pedagógicos acessíveis. Essa iniciativa possibilitou o envolvimento dos professores na elaboração de materiais adaptados, utilizando recursos simples e alinhados às necessidades do cotidiano escolar e às especificidades da Educação Infantil.

Os resultados indicam que o trabalho colaborativo contribuiu para a ressignificação das práticas pedagógicas, promovendo maior coerência entre as ações do AEE e o currículo da Educação Infantil. O planejamento conjunto e a troca de saberes favoreceram a ampliação das possibilidades de participação das crianças nas atividades propostas.

Além disso, observou-se o fortalecimento do acompanhamento pedagógico aos docentes da sala comum, por meio de orientações e estratégias inclusivas articuladas ao currículo, o que ampliou o repertório pedagógico e a segurança dos professores na condução das práticas.

Também foram identificados desafios, especialmente relacionados à organização do tempo para o planejamento coletivo e à necessidade de formação continuada. Ainda assim, evidenciou-se o fortalecimento do trabalho em equipe e a consolidação de uma postura mais colaborativa frente às demandas da Educação Especial Inclusiva.

Os achados dialogam com estudos que apontam o trabalho colaborativo como elemento central para a consolidação da educação inclusiva (DAMIANI, 2008), ao favorecer a corresponsabilização entre os profissionais e a construção coletiva de práticas pedagógicas.

Nesse contexto, a articulação entre a SRM e a sala comum mostrou-se fundamental para a integração das ações pedagógicas, contribuindo para práticas mais intencionais e alinhadas às necessidades das crianças.

Os resultados também evidenciam que a utilização de recursos pedagógicos acessíveis, digitais e não digitais, potencializou a participação e o engajamento das crianças, corroborando estudos que destacam o papel da Tecnologia Assistiva como estratégia de mediação pedagógica no contexto inclusivo (HUMMEL; FERREIRA, 2023; MANJINSKI; MANJINSKI, 2025).

Além disso, a prática colaborativa revelou-se como espaço formativo para os docentes, favorecendo a reflexão sobre a prática e a ressignificação das estratégias pedagógicas frente à diversidade presente na Educação Infantil.

De modo geral, os resultados indicam que a colaboração docente constitui um eixo estruturante para a construção de práticas pedagógicas mais integradas, coerentes e alinhadas aos princípios da Educação Especial Inclusiva, evidenciando que a inclusão se efetiva por meio de ações intencionais, coletivas e contextualizadas.

5. CONCLUSÃO

A experiência analisada evidencia que as práticas pedagógicas colaborativas desenvolvidas a partir da Sala de Recursos Multifuncionais constituem um caminho significativo para o fortalecimento da Educação Especial Inclusiva na Educação Infantil. Os resultados alcançados indicam que o objetivo proposto foi atingido, ao evidenciar que a atuação articulada entre a SRM e a sala comum favorece o planejamento conjunto, a mediação pedagógica e a corresponsabilização entre os profissionais.

Os resultados qualitativos apontam que o trabalho colaborativo amplia o repertório pedagógico dos docentes e promove maior segurança na condução de práticas inclusivas no cotidiano escolar. A

construção coletiva de recursos pedagógicos acessíveis, associada ao acompanhamento pedagógico contínuo, revelou-se estratégia potente para favorecer a participação e a aprendizagem das crianças, respeitando suas singularidades e os princípios próprios da Educação Infantil.

A experiência também evidenciou desafios relacionados à organização do tempo para o planejamento coletivo e à necessidade de formação continuada, reforçando a importância do apoio da gestão escolar e de políticas públicas que garantam condições institucionais para o desenvolvimento do trabalho colaborativo. Tais desafios, contudo, não anulam as potencialidades observadas, mas indicam a necessidade de investimento contínuo na consolidação de uma cultura escolar inclusiva, capaz de sustentar práticas colaborativas de forma permanente e institucionalizada.

Além disso, a experiência reafirma que o fortalecimento da Educação Especial Inclusiva não depende exclusivamente da disponibilização de recursos materiais, mas da construção de uma postura pedagógica comprometida com o diálogo, a escuta e a reflexão coletiva sobre a prática. A dimensão formativa do trabalho colaborativo mostrou-se fundamental para a resignificação das concepções docentes acerca da inclusão, contribuindo para práticas mais conscientes, planejadas e alinhadas às necessidades das crianças.

Conclui-se que a efetivação da Educação Especial Inclusiva na Educação Infantil está intrinsecamente relacionada à construção de práticas pedagógicas fundamentadas no cuidado, na convivência e na colaboração. Ao articular princípios éticos, trabalho colaborativo e estratégias de Tecnologia Assistiva, a Sala de Recursos

Multifuncionais assume papel estratégico na organização de práticas inclusivas, ampliando as possibilidades de promover ambientes educativos mais humanizados, equitativos e comprometidos com o direito de todas as crianças à participação e à aprendizagem desde os primeiros anos de escolarização.

A experiência analisada contribui para o debate educacional ao evidenciar que a inclusão se consolida no cotidiano escolar, por meio de ações intencionais, articuladas e sustentadas por uma cultura institucional comprometida com a equidade e com a garantia de direitos.

O estudo contribui ao evidenciar a relevância do trabalho colaborativo como estratégia estruturante para a Educação Inclusiva, oferecendo subsídios para práticas pedagógicas e para a organização do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>.

Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal-176779-pe.html>. Acesso em: 21 jan.2026.

BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DAMIANI, M. F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602008000100013>.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Disponível em: https://www.lettras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 12 jan. 2026.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/54579/2/freire-pedagogia-da-autonomia.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2026.

GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia assistiva: favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem em contextos educacionais inclusivos. In: GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (org.). *As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas*. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 65-92. Disponível em: https://www.galvaofilho.net/ta_educacao.pdf. Acesso em: 22 jan. 2026.

HUMMEL, E. I.; FERREIRA, S. Jogos digitais como recurso de tecnologia assistiva na alfabetização de alunos com transtorno do espectro autista. *HFD – Human Factors in Design*, Florianópolis, v. 12, n. 24, p. 48-57, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2316796312242023048>.

MANJINSKI, M. S.; MANJINSKI, L. A. Aprender fazendo: gamificação, projetos e TDIC como estratégias pedagógicas. *Revista Teias de Conhecimento*, v. 5, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2025.25091>.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Tradução de José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. Disponível em: <http://projetosntenoite.pbworks.com/w/file/fetch/57862785/Humberto%20Maturana%20-%20%20Emo%C3%A7%C3%B5es%20e%20Linguagem%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20na%20P%20E2%80%A6.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2026.

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

¹ Professora da Educação Básica-Município de Cáceres/MT e Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional-Profesi Campus Unemat-Sinop. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Professora da Educação Básica-Município de Cáceres/MT e Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação

Inclusiva em Rede Nacional-Profesi Unemat Campus-Sinop. E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Professora da Educação Básica-Município de Cáceres/MT e Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional-Profesi Campus Unemat-Sinop. E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Professora da Educação Básica-Município de Cáceres/MT. E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Professora da Educação Básica Município de Cáceres/MT, Mestre em Educação pela UNEMAT. E-mail: [acesse o artigo original para](#)

[visualizar o e-mail.](#)

⁶ Professora da Educação Básica Município de Cáceres/MT, Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade de Curitiba. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar](#)

[o e-mail.](#)